Jornal da CNTC

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 4 • Edição 45 • Julho 2014 | Distribuição gratuita • Brasília/DF

Papa defende fim do trabalho aos domingos

PÁGINA 3

SAÚDE DO TRABALHADOR

Má qualidade do ar no ambiente de trabalho pode prejudicar a saúde de trabalhadores

PÁGINAS 6 E 7

HOMENAGEM

CNTC homenageia Rose Marie Muraro, Patrona do Feminismo Brasileiro

PÁGINAS 8 E 9

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C, CEP 70390-020 – Brasília/DF
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **EDITORA-CHEFE:** Cristiane R. Kozovits • **JORNALISTAS:** Marina Barbosa e Raul Lênnon • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Grifo Design • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Marina Gomes Barbosa – RP: 015253/2011 DF

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste Jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.)

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C – CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br – E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE: Levi Fernandes Pinto • **1º VICE-PRESIDENTE:** Vicente da Silva • **2º VICE-PRESIDENTE:** Valmir de Almeida Lima • **1º SECRETÁRIO:** Lourival Figueiredo Melo • **2º SECRETÁRIO:** Idelmar da Mota Lima • **TESOUREIRO:** Saulo Silva • **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Luiz de Souza Arraes • **DIRETOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS:** Maria Bernadete Lira Lieuthier • **DIRETOR DE ASSUNTOS TRABALHISTAS E JUDICIÁRIOS:** Ageu Cavalcante Lemos • **DIRETOR DE ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS:** Ronaldo Nascimento • **DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CET/CNTC:** Edson Ribeiro Pinto

SUPLENTES

José Martins dos Santos • Ronildo Torres Almeida • Edson Geraldo Garcia • Elias Bernardino da Silva • Abdon Martins de Moura • Raimundo Miquilino da Cunha • Edson Ramos • José Alves Paixão • Leocides Fornazza • Telma Maria Cárdia • José Carlos Perret Schulte • Milton Manoel da Silva Filho • Cléber Paiva Guimarães • João de Sant'Ana • Cibele Cristina Lemos de Oliveira

CONSELHO FISCAL DA CNTC

Dorvalino de Oliveira • José Lucas da Silva • Márcio Luiz Fatel

SUPLENTES

Raimundo Matias de Alencar • Aulino Beserra Lima

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Antonio Caetano de Souza Filho • Luiz José Gila da Silva • Armando Gonçalves Portela de Morais • Raimundo Firmino dos Santos • Vagnei Borges de Castro • Rosilene Schneider Glasser • Francisca das Chagas S. da Silva • Manoel Santos de Oliveira • João Correia Gomes

CNTC Somos todos nós — CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Eleições: devemos promover a democracia ampliada

A Copa do Mundo terminou e as exacerbações emocionais devem ser contidas, dando lugar à razão e à responsabilidade de cada um, de todos nós, com as eleições 2014. Daqui para outubro os candidatos, apoiados por suas coligações, estarão em plena campanha.

Levi Fernandes Pinto

A nós, do movimento sindical, enquanto representantes legítimos dos trabalhadores de cada categoria cabe uma análise mais profunda do que significam as diversas fusões partidárias na composição do executivo e do legislativo no próximo mandato de governo, o que norteará nossas estratégias de ação.

Por outro lado, por mais que nosso ofício nos permita conhecer como pensam e agem, que causas apoiam, a quem tiram o chapéu cada um dos personagens políticos que hoje disputam os cargos de presidente da República, governadores e deputados federais, não cumpriremos nosso papel social se não esclarecermos e conscientizarmos os trabalhadores de nossa base sobre os efeitos de suas escolhas nas urnas.

No exercício pleno da democracia, num eixo mais estruturante, é nosso dever politizar e expandir a consciência crítica dos trabalhadores do comércio e serviços do país para que conheçam seus direitos, entendam a política e seus efeitos sobre sua vida, no presente e no futuro, tornando-se cidadãos ativos e engajados, capazes de reconhecer e definir suas demandas e prioridades.

O caminho, a meu ver, não é a politização do movimento sindical, mas a educação política da classe trabalhadora, cabendo às entidades representativas a promoção de uma democracia ampliada que leve os trabalhadores a outro patamar de conhecimento e ação na luta pelos seus direitos, tendo nos sindicatos, federações e confederação as instâncias legítimas de encaminhamento de suas demandas.

Dagnino chama de cidadania ampliada "o direito de participar na definição do sistema, para escolher a sociedade da qual se quer fazer parte". Isso se dá nas urnas, pelas mãos de cada cidadão. Nosso intenso - mas finalístico - trabalho junto às câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional é profundamente impactado pelas escolhas feitas pelo trabalhador na hora de votar.

Portanto, para alcançar uma realidade mais justa para o trabalhador e criar um ambiente onde o debate de ideias não seja submisso aos interesses do poder capital dominante, é imprescindível levar a consciência política aos ambientes de trabalho e lares dos nossos representados. Cabe a nós, também, fornecer-lhes informações livres da maquiagem do marketing político das campanhas e sem vieses partidários para que possam exercer a livre escolha, porém não sejam enganados pela falácia eleitoreira.

É chegada a hora de formar um grande exército de trabalhadores, capazes de transformar o Brasil, começando pelo voto consciente.

CAPA

Papa Francisco defende fim do trabalho aos domingos

Curiosa a notícia publicada por jornais em 07 de julho, onde o pontífice defende que o trabalho aos domingos não é benéfico para a sociedade

ITÁLIA – O Papa Francisco lamentou o abandono da tradicional prática cristã de não trabalhar aos domingos, dizendo que isso tem um impacto negativo na família e nas amizades. O pontífice viajou no sábado (5/7) para Molise, uma região rural no coração do sul da Itália onde o desemprego alto é crônico. Ao dizer que os pobres precisam de trabalho para poder ter dignidade, Francisco sustentou que a abertura de lojas e outros negócios aos domingos como uma forma de criar vagas de trabalho, entretanto, não é benéfica para a sociedade.

Francisco disse que a prioridade deveria ser "não econômica, mas humana", e que o foco tem de ser colocado nas relações familiares e de amizade, e não nas comerciais. "Talvez seja hora de nos perguntarmos se trabalhar aos domingos é liberdade verdadeira", afirmou. O Papa argumentou ainda que passar os domingos com a família e os amigos é um "código ético" tanto para fiéis como para os que não creem.

"Desperdicem tempo com as crianças", afirmou Francisco, acrescentando que gostaria de perguntar aos pais se eles "brincam com seus filhos".

Fonte: Das agências de notícias

"Talvez seja hora de nos perguntarmos se trabalhar aos domingos é liberdade verdadeira".

PAPA FRANCISCO

NOTÍCIAS

Deputado Federal Assis Melo

Câmara instala subcomissão da classe trabalhadora

A Câmara dos Deputados instalou, no dia 2 de julho, a subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para discutir projetos de interesse da classe trabalhadora. São cerca de 180 projetos esperando votação na Comissão, a maioria deles de forma conclusiva.

Foram eleitos os deputados Assis Melo (PCdoB), como presidente, Moreira Mendes (PSD-RO), Sandra Rosado (PSB-RN), e Osmar Serraglio (PMDB-PR), como vice-presidentes. O relator será o deputado João Paulo Lima (PT-PE).

Para Assis Melo, a expectativa é ampliar o debate da pauta dos trabalhadores entre representantes da classe e empresários. "Sabemos da dificuldade em avançar com alguns projetos que são temas históricos na Casa. Nossa expectativa é buscar um dinamismo, ouvir a opinião de todos e encontrar uma alternativa que atenda as necessidades dos trabalhadores", afirma.

A subcomissão tem até o final do ano para propor votações e projetos que aglutinem propostas em análise. O deputado Assis Melo diz que já começará na próxima semana as reuniões para encontrar um acordo para a pauta da subcomissão. "Vamos trabalhar para melhorar as relações de trabalho, e o debate está aberto a todos os setores", concluiu.

Com informações da Agência Câmara

Jornada exaustiva sem intervalo é comparada a trabalho escravo

Não é só no campo que o trabalho escravo vem ocorrendo. As formas urbanas de escravidão têm cada vez mais sido alvo de denúncias. Segundo a ONG Repórter Brasil, tribunais de trabalho do país já usam, sem problemas, o conceito de trabalho escravo baseado no Artigo 149 do Código Penal para definir como crime situações corriqueiras em algumas empresas, como a imposição da jornada exaustiva.

Apesar de a pecuária continuar como atividade predominante dentre os nomes que compõem a última atualização da "lista suja" do trabalho escravo, as formas urbanas de escravidão têm cada vez mais participação.

De acordo com Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho em São Paulo, "percebe-se, cada vez mais, que as situações descritas no Artigo 149 do Código Penal ocorrem com maior frequência em atividades urbanas do que se imaginava, e o trabalho dos auditores fiscais vem demonstrando essa tendência", revela Bignami.

DEFINIÇÃO

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) considera a situação quando o trabalhador não consegue se desligar do patrão por fraude ou violência; quando é forçado a trabalhar contra sua vontade; está sujeito a condições desumanas; ou é obrigado a trabalhar até que seu corpo não aguente ou a vida seja posta em risco.

CÓDIGO PENAL

O Artigo 149 do Código Penal foi reformado em 2003. Ele prevê o crime em quatro situações: cerceamento de liberdade de se desligar do serviço, servidão por dívida, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva.

RESPONSABILIDADE

O empresário é o responsável legal pelas relações trabalhistas. A Constituição determina que ele deve responder por tudo o que ocorrer nos domínios da fazenda ou da empresa.

Fonte: O Dia

20 anos do Plano Real

HÁ 20 ANOS O PAÍS VIVIA UM MOMENTO DE EXPECTATIVA QUE MUDOU A ECONOMIA BRASILEIRA. EM 1º DE JULHO DE 1994 ENTRAVA EM VIGOR O REAL, MOEDA QUE PÔS FIM À HIPERINFLAÇÃO QUE ASSOLOU A POPULAÇÃO BRASILEIRA NOS 15 ANOS ANTERIORES.

Apenas no primeiro semestre daquele ano a inflação totalizou 757%, média de 43% ao mês, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nos seis meses seguintes, o índice desabou para 18,6%, média de 2,9% ao mês.

Em vez de cortes de zeros na troca de moedas, o caminho para domar a inflação passou pela Unidade Real de Valor (URV). Cada real equivalia a uma URV, que, por sua vez, valia 2.750 cruzeiros reais, moeda em vigor até o dia anterior.

A estabilização da inflação permitiu avanços importantes: o mercado de trabalho se formalizou, a desigualdade social diminuiu, o Brasil passou de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a economia brasileira foi elevada a grau de investimento pelas principais agências internacionais de classificação de risco.

Apesar da estabilidade e do crescimento, o país ainda enfrenta grandes desafios para aliar o controle dos índices de inflação ao crescimento econômico. Passados 20 anos, vivemos novamente um momento de necessárias mudanças, como reformas trabalhistas, fiscais e políticas. O País se tornou pouco produtivo e acumula baixo crescimento.

A estabilidade da moeda resistiu, mas é fato que a inflação não saiu da pauta. Em 2013, o IPCA se aproximou do teto da meta - apesar de todas as intervenções do governo para controlá-lo - e esquentou o debate econômico. Mesmo assim, o país nunca mais passou perto do índice hiperinflacionário de 2708% alcançado em 1993. As máquinas de remarcação de preços, um dos grandes símbolos daquele momento, foram aposentadas.

Com informações: Estadão, Época Negócios e Folha de S. Paulo

SAÚDE DO TRABALHADOR

Má qualidade do ar no ambiente de trabalho pode prejudicar a saúde de trabalhadores

O G1 PUBLICOU, EM 26/6, UMA MATÉRIA QUE ALERTA PARA A INCIDÊNCIA DA CHAMADA "SÍNDROME DO EDIFÍCIO DOENTE". ELA É CAUSADA PELA MÁ QUALIDADE DO AR NO AMBIENTE DE TRABALHO E APRESENTA SINTOMAS COMO RESSECAMENTO DA MUCOSA NASAL, NARIZ ENTUPIDO, LACRIMEJAMENTO, COCEIRA NOS OLHOS OU NA PELE, DORES DE CABEÇA E NÁUSEAS QUE APARECEM EXCLUSIVAMENTE NO HORÁRIO COMERCIAL E QUE OS MÉDICOS NÃO CONSEGUEM DIAGNOSTICAR ESPECIFICAMENTE.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Esta síndrome começou a ser estudada na década de 1970 e está frequentemente relacionada ao sistema de refrigeração ou de aquecimento dos edifícios. Ela pode ser provocada pela presença de bactérias, vírus ou fungos em sistemas de ar condicionado sem manutenção adequada; de produtos químicos dispersos no ar ou de poeira acumulada em carpetes ou cortinas.

Comerciários e prestadores de serviços expostos cotidianamente ao ar condicionado em shoppings, magazines, organizações e supermercados podem ser vítimas da síndrome sem se perceber, uma vez que é comum atribuir os sintomas a uma fragilidade pessoal, decorrente de baixa imunidade ou resfriados crônicos. É preciso, portanto, prestar atenção em algumas variáveis que podem indicar a presença da síndrome no ambiente.

Segundo a Associação Paulista de Medicina do Trabalho (APMT), se mais de 20% dos funcionários de um edifício relatar sentir os mesmos sintomas a síndrome pode estar caracterizada. Outros indícios estão nos fatos dos sintomas irem piorando ao longo da semana e só se manifestarem no ambiente de trabalho.

"Uma coisa muito comum nesses casos é que, na segunda-feira, a pessoa geralmente está melhor, mas na sexta-feira está péssima. A fadiga é um sintoma encontrado com bastante frequência, não o cansaço normal, mas o cansaço do corpo tentando se defender de todas essas agressões", diz o médico João Silvestre da Silva Júnior, diretor científico da APMT.

"Muitas empresas não adotam a prática de manutenção programada e só chamam quando têm algum tipo de problema. Nesses casos, encontramos os filtros bem obstruídos, com grande quantidade de sujeira e até mau cheiro".

HIDERALDO ESTEVES

Os sintomas tendem a melhorar quando a pessoa sai do ambiente de trabalho. De acordo com Silva Júnior a síndrome do edifício doente não provoca diretamente nenhuma doença específica, mas abre o caminho para infecções bacterianas ou virais e para doenças respiratórias, como bronquite, asma ou até pneumonia.

As causas da má qualidade do ar no ambiente interno de trabalho podem estar ligadas à falta de manutenção dos sistemas de ventilação. Hideraldo Esteves, diretor técnico da empresa de manutenção de ar-condicionado Airtemp, explica que "Muitas empresas não adotam a prática de manutenção programada e só chamam quando têm algum tipo de problema. Nesses casos, encontramos os filtros bem obstruídos, com grande quantidade de sujeira e até mau cheiro".

RECOMENDAÇÕES

Segundo Silva Júnior, entrevistado pelo G1, trabalhadores que têm sintomas que só aparecem no ambiente de trabalho devem procurar o serviço médico de sua empresa para relatar o caso. Dessa forma, a empresa pode identificar se existe uma queixa comum entre os funcionários e fazer uma investigação das possíveis causas.

As empresas devem fazer uma manutenção periódica dos sistemas de climatização e observar se existe a presença de substâncias tóxicas no ar ambiente, provenientes de produtos de limpeza ou do próprio mobiliário.

No Brasil, a qualidade do ar de ambientes internos deve atender a normas estabelecidas pela Anvisa. Uma portaria publicada em 1998 estabelece que todos os ambientes climatizados artificialmente de uso público devem manter um plano de manutenção e controle dos sistemas de condicionamento de ar. Uma resolução publicada pela agência em 2000 determinou os padrões de referência de qualidade do ar interior.

É preciso prestar atenção quando os sintomas aparecerem e trocar ideias com os colegas. Se o mal estar for generalizado os funcionários devem alertar a empresa e, caso não sejam atendidos, procurar seus sindicatos ou federações para que o caso seja investigado e haja fiscalização do local.

Com informações do G1.

HOMENAGEM A

Rose Marie Muraro

"É UM NOME NA HISTÓRIA DO FEMINISMO BRASILEIRO. TANTO NA ÁREA INTELECTUAL QUANTO POLÍTICA. NADA A IMPEDIU DE OUSAR MAIS". ASSIM FOI DEFINIDA ROSE MARIE MURARO PELA MINISTRA ELEONORA MENICUCCI, TITULAR DE SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, AMIGA E ADMIRADORA DA ESCRITORA E FEMINISTA.

Rose Marie Muraro faleceu no dia 21 de junho, aos 83 anos, no Rio de Janeiro. Nascida no dia 11 de novembro de 1930, com um problema na visão que a deixou praticamente cega durante parte da sua vida, a escritora deixou cinco filhos, doze netos e publicou mais de 40 livros.

Para a ministra Eleonora Menicucci, Rose Maria Muraro é um exemplo de força e superação.

"A Rose era uma mulher que nasceu com uma deficiência visual. Até os 66 anos ela não enxergava. Mas esse problema não a impediu de lutar contra a ditadura, o patriarcado e pela emancipação das mulheres", afirma a ministra.

Intelectual que lutava pela igualdade de direitos para as mulheres, Rose Marie Muraro foi reconhecida em 2005 pelo governo federal como Patrona do Feminismo Brasileiro.

"Deixou um exemplo para que todas nós seguíssemos. Ela contribuiu imensamente com a emancipação dos direitos das mulheres", diz Menicucci.

Atuou como editora em 1600 títulos, quando foi diretora da Editora Vozes, ao lado do teólogo e escritor Leonardo Boff. Os dois traba-

lharam juntos por 17 anos. Ao lado de Boff, ela também lutou pela teologia da libertação.

Leonardo Boff afirma que "foi ela que no final dos anos 60 do século passado, suscitou a polêmica questão de gênero. Não se limitou à questão das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, mas denunciou relações de opressão na cultura, nas ciências, nas correntes filosóficas, nas instituições, no Estado e no sistema econômico. Enfim deu-se conta de que no patriarcado de séculos reside a raiz principal deste sistema que desumaniza mulheres e também homens".

Formada em física e economia, Muraro também trabalhou na Editora Rosa dos Tempos. Em 2009, inaugurou o Instituto Cultural Rose Marie Muraro onde trabalhava até a piora do estado de saúde.

"Na minha avaliação, a maior obra dela foi Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil (1996). Esse livro foi um marco, como O Segundo Sexo de 1949 (Simone Beauvoir). Ela mostra, em uma pesquisa feita com mulheres nordestinas e do Sudeste, o impacto que tem a relação de classe com o corpo da mulher e a sexualidade. As mais pobres e despossuídas de informações são mais discriminadas e oprimidas", afirma Menicucci.

RECONHECIMENTO

A Secretaria de Políticas para as Mulheres lançou no dia 27 de junho o Prêmio Rose Marie Muraro: Mulheres Feministas Históricas. A ministra Eleonora Menicucci explicou que a premiação tem como objetivo reconhecer o papel das mulheres que lutam pela cidadania, pela ampliação dos direitos das mulheres e pela efetivação de mudanças na sociedade brasileira. Elas se candidatam e uma banca analisará as obras ou as ações realizadas.

"Rose buscava na vida real e nas pequenas ousadias de cada mulher um impulso para sua própria ousadia", avaliou a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. "O prêmio simboliza e reconhece o que a Rose foi: uma produtora e disseminadora de conhecimento", completa.

A CNTC também rende sua homenagem a esta importante figura da luta das mulheres por igualdade e respeito. "Rose foi e é um exemplo para todas nós mulheres trabalhadoras. Vamos nos inspirar na sua força e nas suas obras para vencer de vez a desigualdade de gênero, o machismo e a violência contra a mulher em nosso país!", diz Elizabete Madrona, delegada da Coordenadoria da Mulher da CNTC.

Ministra Eleonora Menicucci

"Deixou um exemplo para que todas nós seguíssemos. Ela contribuiu imensamente com a emancipação dos direitos das mulheres"

ELEONORA MENICUCCI

Rose Marie Muraro autografa um de seus livros

"Educar um homem é educar um indivíduo, mas educar uma mulher é educar uma sociedade"

ROSE MARIE MURARO

ARTIGO JOSÉ CELSO CARDOSO JR.* E JULIANO SANDER MUSSE**

Salário Mínimo e Desenvolvimento: Desdobramentos de uma política de valorização real no Brasil

Quando se aproximam os finais de ano, voltam à cena os debates sobre o reajuste do salário mínimo (SM), sendo em geral questionado: por uns, a necessidade de maior valorização para o piso salarial; por outros, o impacto de tal aumento nas contas públicas.

A partir de 2003, houve um movimento positivo para o SM dentro do governo. Este movimento, iniciado dentro dos segmentos sociais, sempre defendeu a posição de que o SM deveria ser objeto explícito e ativo de política pública, indo, portanto, na contramão de uma longa ausência de preocupação governamental sobre o tema. Isso é perfeitamente compreensível ao visualizarmos a trajetória de queda sistemática do poder aquisitivo real ao longo dos anos, que vem desde o início dos governos militares e que somente é amenizada a partir da estabilização monetária alcançada em meados dos anos 1990, mas ainda longe de se equiparar com os níveis históricos mais elevados, registrados entre as décadas de 1950 e 1960, como mostra o Gráfico 1.

Este movimento foi motivador não só do acirramento do debate público sobre o tema, mas também da instituição - via Decreto Presidencial, de 20 de abril de 2005 - de Comissão Quadripartite, de caráter consultivo, atuante no âmbito do MTE, composta por representantes do governo, dos empresários, dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas para propor um Programa Nacional de Fortalecimento do SM.

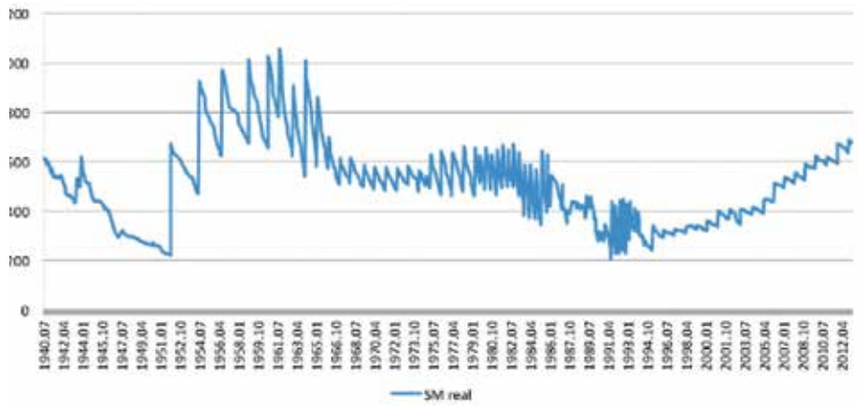
No entanto, a despeito do intenso debate teórico e político travado no interior desta Comissão (fato até certo ponto benéfico para elevar a qualidade das discussões públicas), a única resolução prática tomada a respeito do SM – até aquele momento - havia sido a fixação de novos valores de referência nacional que incorporavam ganhos reais de algo como 7,9%, em 2005, e 13%, em 2006.

Como barreira, entre outras, havia – e continua havendo – uma corrente cujos argumentos são fundamentados em uma visão fiscalista, dominante no debate intragovernamental e amplamente divulgada por grande parte da mídia. O debate é distorcido a ponto de se colocar a Previdência Social como um dos maiores fatores de pressão sobre as contas públicas, sendo inclusive apresentada como obstáculo a aumentos maiores do SM e sua elevação ao patamar de dignidade previsto constitucionalmente.

Desde a perspectiva analítica aqui pleiteada, a questão do SM numa sociedade como a brasileira, marcada por grandes desigualdades sociais, regionais e salariais, adquire caráter vital que ultrapassa a mera questão orçamentária em pauta. No fundo, trata-se de saber se é justificável, no âmbito governamental, a instauração de políticas ativas para regular não só as condições de utilização e proteção social da força de trabalho, mas também as condições de remuneração de parte expressiva da população ocupada, bem como de parte ponderável da população inativa detentora de direitos constitucionais de natureza previdenciária e assistencial.

Em outras palavras, a construção de uma Política real de Valorização do SM é meritória porque envolve ao menos cinco dimensões diretamente atreladas ao padrão de desenvolvimento nacional, o que lhe confere caráter estruturante no rol das políticas públicas de corte federal, a saber: SM, nível de ocupação e distribuição dos rendimentos; SM e nível geral de preços; SM, combate à pobreza e promoção de bem-estar social; SM e Previdência Social como redutores da desigualdade de renda e promotores do desenvolvimento municipal; e SM e finanças públicas.

GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO REAL MENSAL DO SM DESDE A SUA CRIAÇÃO (EM R$ DE 2012)



A POLÍTICA ATUAL DE SALÁRIO MÍNIMO E SEU SIGNIFICADO POLÍTICO PARA O FUTURO DA NAÇÃO

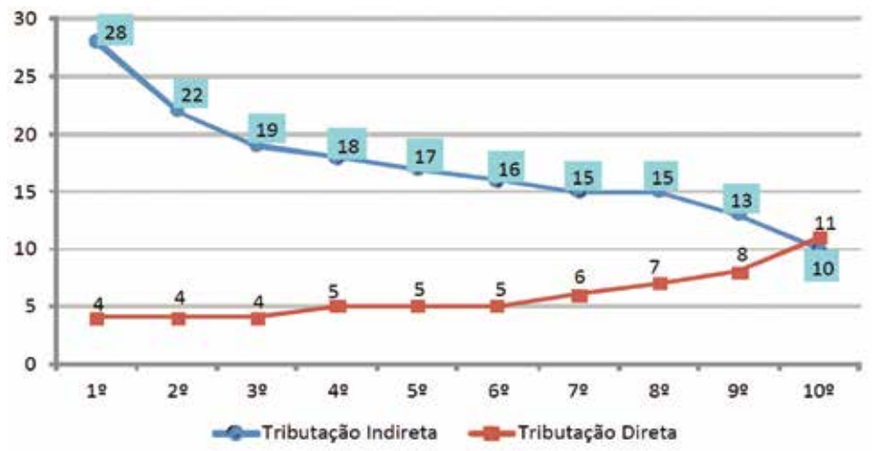
Ao longo dos últimos anos, a busca por um SM mais digno e condizente com a real necessidade da família brasileira, contextualizado na Carta Cidadã, tem conseguido melhorias, muito em função das lutas sociais, desejosas de instigar a opinião dos poderes Executivo e Legislativo acerca da importância social e econômica de uma política pública de valorização anual real do SM.

Desde 2007 instalou-se uma política no sentido de preservar o poder aquisitivo do SM, com valorização permanente até 2015. Essa política estabeleceu como critérios o reajuste referente à inflação do período, acrescido da taxa de crescimento real do PIB de 2 anos antes do ano de reajuste corrente, além da antecipação anual da data-base de revisão até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. Isso permitiu um ganho real acima da inflação e a manutenção do seu poder de compra, principalmente com crescimentos mais robustos do PIB.

Os impactos da elevação do SM têm reflexos econômicos e sociais muito importantes, como demonstrados ao longo deste artigo. O aumento concedido em janeiro de 2013, por exemplo, embora pouco contundente (aumento real de 2,73% em relação a 2012) teve um impacto na economia, segundo o DIEESE, de R$ 32,7 bilhões. Se pensarmos que hoje ao menos 45,5 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no SM, fora aquelas pessoas que se beneficiam indiretamente, podemos imaginar a importância de manter uma política de valorização anual real.

Assim, para aqueles que colocam o SM, e seus reajustes reais, como um fardo para as contas públicas, é preciso lembrar a injusta estrutura tributária brasileira, que possui grande quantidade de impostos que incidem sobre o consumo. E justamente por tributar mais o consumo, ela tributa igualmente os desiguais, penalizando os mais pobres, que com rendimentos menores têm de arcar com a mesma quantidade e valor de impostos embutidos nos preços

GRÁFICO 9 | PARTICIPAÇÃO (%) DOS TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS NA RENDA TOTAL DAS FAMÍLIAS NO BRASIL – POR DÉCIMOS DE RENDA DISPONÍVEL – 2008 A 2009



dos produtos que consomem. O enfoque de Zockun (2007) mostra o quão severos vêm sendo os impostos para aqueles que possuem baixa remuneração.

As pessoas que ganhavam, na ocasião do estudo, até 2 SMs, tinham que arcar com cerca de 70% a mais de impostos do que 12 anos atrás. Uma família que ganhasse até 2 SM, em 2004, por exemplo, tinha 45,8% de sua renda corroída pelos impostos indiretos. Em 1996, esse dispêndio era de apenas 28%, uma expressiva diferença em apenas oito anos.

Embasado nos resultados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 2008/2009, é possível perceber que a carga tributária de impostos indiretos chegou a atingir 28% da renda total dos 10% de famílias mais pobres, mostrando o quão regressivo é o sistema tributário brasileiro, como ilustra o Gráfico 9. Para os 10% de famílias mais ricas, a carga indireta atingiu apenas 10% da renda.

Além da regressividade, outro problema verificado na incidência de impostos indiretos, e que atinge a totalidade da população via consumo, é a percepção do não pagamento de impostos, pois estes estão embutidos (e não são explicitados) nos preços dos produtos. Definitivamente, e em todo o território nacional, é preciso fazer valer a Lei 12.741/12 que obriga os estabelecimentos a exporem painéis informativos com os valores ou os percentuais dos impostos, muito embora se saiba que é muito difícil (para não dizer quase impossível) precisar, de fato, a carga tributária incidente em cada produto, devido à complexidade do sistema e à variação de alíquotas de UF para UF.

Em suma, a partir do recorrente debate conjuntural sobre SM e mercado de trabalho, fez-se neste trabalho discussão acerca de possíveis efeitos benéficos que uma política de valorização real e de fortalecimento institucional do SM poderia ter sobre a sociedade brasileira. Em síntese, o conjunto de argumentos acima levantados encontrou respaldo na experiência brasileira dos últimos anos (mormente após 2004), prevendo-se para os próximos – tudo o mais constante – uma repetição das mesmas condições.

Todavia, é claro que uma política desta natureza deve buscar, em primeiro lugar, o fim dos reajustes anuais erráticos, pois estes tanto aumentam a incerteza do ambiente econômico como podem comprometer a sustentabilidade fiscal de outras políticas.17 Em segundo lugar, conferindo ao sistema econômico dose maior de previsibilidade e de sustentabilidade ao longo do tempo, é louvável que a atual política nacional de recuperação real do SM esteja atrelada à evolução do PIB real, segundo a sistemática que lhe foi atribuída desde 2007.

De qualquer modo, o fato relevante é que, tendo estado o ambiente macroeconômico relativamente estabilizado e, na visão dos empresários, com perspectivas de crescimento sustentado, os aumentos reais do SM observados no período recente puderam ser absorvidos pelo sistema econômico em simultâneo ao aumento da ocupação e da formalização dos contratos, da recuperação real dos rendimentos do trabalho, do aumento da massa salarial total, com alguma redução das desigualdades de renda (proveniente, desde 2005, de aumentos mais que proporcionais dos rendimentos dos decis inferiores da distribuição), da queda da pobreza absoluta e relativa e – detalhe crucial – com a carga tributária de vinculação social crescendo acima dos gastos sociais federais.

Portanto, conjunção de fatores acontecendo de modo pró-cíclico ao comportamento econômico mais geral, e não em contradição com ele, como infelizmente continuam a supor algumas análises mais conservadoras ou ideologicamente orientadas sobre o assunto.

Hoje, com todos esses elementos, novas questões compõem o debate político e contribuem para desmistificar certos "dogmas" que sempre acompanharam as discussões sobre salários, renda, distribuição etc. São a contraditar todos os que sempre defenderam (e defendem) falsos argumentos, os seguintes fatos da experiência brasileira recente:

» é possível valorizar o SM e aumentar o consumo das famílias sem que obrigatoriamente voltemos a altas taxas de inflação;

» é possível valorizar o SM e ainda assim ver crescer a ocupação geral, inclusive a formalização dos vínculos de emprego;

» é possível valorizar o SM e manter superavitárias as contas da seguridade social, até porque não existe déficit dentro da lógica orçamentária constitucionalmente prevista;

» o consumo das famílias é um importante vetor para a ampliação das capacidades locais de produção e para o crescimento econômico agregado;

» acompanhado de crescimento econômico, mesmo tímido como o que estamos experimentando neste triênio 2011-2013, não se instala uma calamidade nem nas contas da previdência nem nas da maioria das prefeituras país afora.

Isto posto, a defesa do SM e dos direitos dos trabalhadores são fundamentais na construção de uma Nação que busca melhorias nas condições de vida, de bem-estar, de desenvolvimento com erradicação da pobreza. A valorização do SM foi, e continuará sendo, um importante instrumento de luta por melhores condições de trabalho e prosseguirá desempenhando papel fundamental na construção de um padrão de vida mais civilizado no Brasil.

** O artigo integral publicado na Revista Ciência do Trabalho no 2 do DIEESE encontra-se disponível no site da CNTC: www.cntc.org.br*

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E-mail: josecelso.cardoso@ipea.gov.br

** Economista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e especialista em Direito Previdenciário. Atualmente é Coordenador de Avaliação na Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG). E-mail: jsmusse@gmail.com

2º Congresso Sindical dos Comerciários reúne mais de 100 dirigentes da Bahia

Sucesso é a palavra que define o 2º Congresso Sindical dos Comerciários, evento realizado pela FECOMBASE, que nesta edição trouxe o tema "Consolidar Direitos e Conquistas com Valorização Profissional".

O encontro aconteceu nos dias 6 e 7 de junho no Hotel SESC Itaparica e contou com palestras e debates divididos em quatro painéis com representantes das esferas sindical, judiciária e governamental.

O sentimento de otimismo e união foi um dos pontos culminantes para o ótimo resultado do Congresso. Mais de cem sindicalistas de todas as regiões da base vieram de várias cidades da Bahia para a Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz.

Depois de anos de luta a Lei 12.790, que regulamenta a categoria comerciária, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

Márcio Fatel, presidente da FECOMBASE, falou na abertura do evento da importância da regulamentação da profissão comerciária ocorrida em 2013, mas destacou que ela foi apenas o começo: "A oficialização da nossa profissão deve ser encarada como o primeiro passo para algo bem maior e mais importante como, por exemplo, a valorização profissional. A partir de agora a luta começa pra valer, queremos consolidar muitas conquistas e garantir mais direitos para toda categoria, este congresso busca exatamente isso", declara o presidente.

A mesa da abertura foi formada além do presidente da Federação, Márcio Fatel, pelo 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Vicente Silva, representando o Presidente da entidade Levi Fernandes Pinto, pelo Presidente do SEC de Vera Cruz, Cândido Ferreira Santos e pelas representantes femininas, Presidente do SEC de Camaçari, Maria Nilda e a Presidente do SEC de Jacobina, Onília de Souza Lopes. A cerimônia de abertura foi apresentada e coordenada pelo presidente do SEC de Candeias, José Carneiro.

O segundo dia foi dedicado às explanações dos convidados e debates. O primeiro painelista foi o Presidente da FECEP, Vicente Silva, com o tema "Como avançar nas conquistas dos Comerciários diante da Regulamentação". Na sequência foi a vez do assessor Parlamentar do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, que apresentou a palestra sobre "Conjuntura Eleitoral e a Representação dos Trabalhadores no Congresso Nacional".

O segundo bloco contou com a presença do assessor técnico da SUDETE/SETRE, Dr. Joviniano Queiroz, que na sua palestra abordou o tema "O Papel do Sistema Único do Trabalho nas Políticas Públicas". Para concluir os trabalhos do evento, a palavra ficou com o Juiz do Trabalho do TRT da 5ª Região, Dr. José Arnaldo de Oliveira, com o tema "Custeio e Financiamento Sindical Comparado".

Um dos temas recorrentes foi o debate sobre as representações sindicais para as eleições de 2016 e 2018. "Precisamos contar com representantes sindicais como vereadores, deputados, senadores, prefeitos e o que mais for possível. Os patrões cada vez mais estão organizados, com muitos representantes e nós precisamos fazer o mesmo", provoca Márcio Fatel.

Ao final do Congresso foram debatidas e deliberadas algumas moções e resoluções que serão alvo de um plano de ação sindical para os próximos anos pela FECOMBASE e Sindicatos Filiados.

HOMENAGENS

Foram homenageados pelos anos de sindicalismo os companheiros Gilson Santana, diretor fundador do SEC de Vitória da Conquista e Délcio Mendes, presidente do SEC de Feira de Santana. Na oportunidade o presidente da Federação, Márcio Fatel também foi homenageado pelo Sindicato de Candeias com uma menção honrosa pelo trabalho realizado na Federação.

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Supermercados não abrirão aos domingos em Santa Maria/RS

Em 1 de julho, o Sindicomerciários Santa Maria firmou convenção coletiva de trabalho com o sindicato patronal para a não abertura dos supermercados aos domingos. O acordo tem validade de dois anos. Anteriormente, a convenção permitia a abertura em um domingo por mês.

O presidente do Sindicomerciários Santa Maria e presidente em exercício da Fecosul, Rogério Reis, ressaltou que, desde 2008, a convenção coletiva previa a abertura dos supermercados com a utilização da mão-de-obra dos empregados aos domingos e feriados. "Por dois anos os supermercados abriram apenas um domingo por mês e a população se adequou e entendeu que realmente os trabalhadores também têm o direito de descansar aos domingos junto aos seus familiares. O domingo não é mais uma bandeira de luta, é um problema social. Queremos que os pais fiquem com seus filhos, e os filhos com suas famílias. Todos têm direito ao descanso aos domingos, inclusive aqueles que exercem trabalhos de importância vital, embora o trabalho não possa parar," explica Rogério.

Sobre a questão econômica da cidade, o presidente do Sindicato dos Comerciários diz que se o fechamento dos supermercados aos domingos prejudicasse o desenvolvimento da cidade de Santa Maria, como muitos falam, novos empreendimentos não teriam apostado na cidade. "Durante a vigência desta convenção, ou seja, por cinco anos, não teríamos os investimentos de multinacionais, de empresários locais, muitos mercados familiares, e outras ramos do setor do comércio, que geraram novos empregos e mais impostos", observa.

A Fecosul defende o fechamento do comércio em geral aos domingos, assim como o descanso dos trabalhadores. A Federação também apoia os sindicatos em várias cidades do Estado que estão tendo este debate, não só por parte dos comerciários, mas por muitos empresários que são favoráveis a não abertura do comércio aos domingos. A federação destaca ainda que o comércio não é um serviço essencial, como é o caso de hospitais, farmácias, bombeiros, entre outros.

De acordo com Eduardo Stangherlin, presidente do sindicato que representa os supermercadistas (Sindigêneros), a decisão de fazer o acordo com o sindicato dos comerciários teria sido um consenso da categoria.

FECEP assina parceria com planos de saúde e odontológico

Na tarde do dia 18 de junho, a Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná (FECEP), junto da administradora Qualicorp e dos planos de saúde e odontológico Bradesco Saúde S/A e Sul América, assinaram parceria para beneficiar os comerciários paranaenses.

Esta é mais uma forma da Federação e seus sindicatos filiados oferecerem ao comerciário paranaense cuidados médicos apropriados. "Temos que oferecer o melhor ao nosso comerciário e os planos de saúde e odontológico podem dar uma segurança maior ao nosso trabalhador", afirmou o Presidente da FECEP – Vicente da Silva.

Serão admitidos como Beneficiários Titulares todos os empregados que mantenham vínculo empregatício com empresas do comércio atacadista e varejista, desde que elas sejam representadas pelos sindicatos filiados à FECEP.

Fonte e fotos: Comunicação FECEP

NOTÍCIAS CNTC

SEAACs realizam Torneio de Futsal com participação de trabalhadores

Promovendo a integração entre trabalhadores e incentivando a prática esportiva, os Sindicatos dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio (SEAACs) de diversas regiões do Estado de São Paulo realizam o Torneio Regional de Futsal. O evento esportivo já faz parte do calendário anual das entidades sindicais e é o mais aguardado pelos trabalhadores. Os campeões dos torneios regionais representam os sindicatos na etapa estadual realizada pela Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (FEAAC).

Este ano, o sindicato a dar o 'ponta pé' na realização dos jogos foi o SEAAC de Americana e Região. Com a participação de dez equipes, o torneio do Sindicato iniciou em abril, lotando as arquibancadas com amigos e familiares dos trabalhadores. O time campeão que irá representar o SEAAC no campeonato estadual será Líder Armec, que também comemorou os troféus entregues ao artilheiro e goleiro menos vazado do torneio, Flávio e Francisco. Para o SEAAC de Americana e Região promover a prática esportiva é vivenciar no coletivo um momento de lazer que estabelece um forte vínculo entre o sindicato e os associados.

Em Campinas, o SEAAC também já tem o seu campeão: Funcamp. Há sete anos, a equipe vem levantando o troféu de campeão e representando o SEAAC de Campinas nas partidas estaduais promovidas pela FEAAC. Segundo os diretores Marcos Aparecido Emídio e Valter Ribeiro da Silva, as equipes demonstraram mais técnica e tranquilidade durante as partidas, garantindo mais um evento de sucesso.

O SEAAC de Araraquara e Região também já definiu o time que irá representar o sindicato na etapa estadual promovida pela FEAAC. A equipe Gemarge/Visão foi a equipe da 6ª edição do campeonato, realizado no mês de maio, que contou com a participação de oito equipes.

EM ANDAMENTO

A bola ainda rola no Torneio Regional de Futsal do SEAAC de Santo André e Região. As partidas ocorrem desde maio e o encerramento será no próximo dia 19 de julho. Ao todo seis equipes das categorias de Cobrança e Assessoramento de Crédito, e de Assessoramento e Contabilidade participam da 3ª edição do evento. "As equipes vem se fortalecendo a cada ano e a inclusão de novos times torna o torneio cada vez mais competitivo e atrativo aos trabalhadores", disse o diretor de Esportes do SEAAC, Rodrigo Martins Aires.

No mês de julho, ocorrem os jogos do Torneio dos SEAACs de Araçatuba, Marília, Santos e Sorocaba. Outras informações sobre os torneios podem ser acessadas nos sites de cada sindicato ou na página da FEAAC (www.feaac.org.br).

Fonte: SEAACs e FEAAC - Fotos: SEAACs

NOTÍCIAS CNTC

Crianças Desaparecidas

Em fevereiro de 2010 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR em parceria com o Ministério da Justiça - MJ e com o apoio da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidas - ReDESAP, desenvolveram o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidas.

O Cadastro consiste em um banco de dados alimentado com informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos, incluindo as pessoais, como também as informações relativas à identificação civil e à imagem. Acesse: www.desaparecidos.gov.br

Se você tem informações que ajudem na busca e localização de uma dessas crianças e adolescentes, entre em contado com a Delegacia de Polícia ou Conselho Tutelar de sua cidade. Ou Disque 100, a ligação é gratuita e sigilosa.

EMIVALDO BRAYON PASSOS DA SILVA

DESAPARECEU EM 05/03/2014, NO MUNICÍPIO DE INDIARA/GO

Sexo: Masculino | Cor da pele: Parda Idade quando desapareceu: 5 anos | Idade hoje: 5 anos | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Grandes/castanhos | Tipo físico: Magro

LUCAS WESLEY DA SILVA

DESAPARECEU EM 23/09/2012, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP

Sexo: Masculino | Cor da pele: Parda Idade quando desapareceu: 3 anos | Peso aproximado: 17 kg | Idade hoje: 5 anos | Altura aproximada: 1,05 m | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Pequenos/castanhos | Tipo físico: Magro | Cabelos: Lisos/castanhos

GESSILENE DE AQUINO SOUZA BASILIO

DESAPARECEU EM 28/09/2011, NO MUNICÍPIO DE JAPERI/RJ

Sexo: Feminino | Cor da pele: Branca Idade quando desapareceu: 13 anos | Peso aproximado: 68 kg | Idade hoje: 16 anos | Altura aproximada: 1,60 m | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Redondos/castanhos | Tipo físico: Forte | Cabelos: Encaracolados/castanhos

DAILA SAMIRA ASSIS ADORNO

DESAPARECEU EM 05/04/2013, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR/BA

Sexo: Feminino | Cor da pele: Branca | Idade quando desapareceu: 7 anos | Peso aproximado: 25 kg | Idade hoje: 8 anos | Altura aproximada: 1,00 m | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Redondos/Pretos | Tipo físico: Magro | Cabelos: Encaracolados/castanhos

ADRIEL FELIPE TAVARES CORDEIRO

DESAPARECEU EM 13/03/2010, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO PARÁ/MG

Sexo: Masculino | Cor da pele: Parda | Idade quando desapareceu: 7 anos | Idade hoje: 11 anos | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Grandes/pretos | Tipo físico: Magro | Cabelos: Lisos/preto

ALEX DA SILVA BOTZAN

DESAPARECEU EM 24/08/2003, NO MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR

Sexo: Masculino | Cor da pele: Parda Idade quando desapareceu: 9 anos | Idade hoje: 20 anos | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Grandes/pretos | Tipo físico: Normal | Cabelos: Crespo/preto

STEFANI VITORIA ROCHINSKI

DESAPARECEU EM 04/05/2012, NO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS/PR

Sexo: Feminino | Cor da pele: Branca | Idade quando desapareceu: 10 anos | Peso aproximado: 40 kg | Idade hoje: 12 anos | Altura aproximada: 1,3 | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Orientais/azuis | Tipo físico: Normal | Cabelos: Lisos/louros

CARLA EMANUELLE AUGUSTA DA SILVA

DESAPARECEU EM 09/03/1999, NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG

Sexo: Feminino | Cor da pele: Branca Idade quando desapareceu: 12 anos | Idade hoje: 27 anos | Tem algum tipo de transtorno mental? Não | Olhos: Castanhos Tipo físico: Magro | Cabelos: Ondulados

Disque 100 • ligação gratuita e sigilosa

Procure a Delegacia de Polícia ou Conselho Tutelar de sua cidade!

www.desaparecidos.gov.br

A CRIAÇÃO DA CNTC

Entre os anos de 1940 e 1953 a classe operária dobrou de contingente no Brasil. A Constituição de 1934, a primeira a tratar dos direitos do trabalhador no país deixou seu legado para ainda incipiente Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que em 1943 reuniu em um único código as normas trabalhistas da época.

Neste cenário, em 1946, os trabalhadores do Brasil dividiam-se em dois grupos que tentavam, paralelamente, realizar seus congressos sindicais de âmbito nacional, respectivamente, o "Congresso Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores" e o "Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil". Pondo termos à separação dos trabalhadores, as comissões organizadoras chegaram a um acordo, por proposição do então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Otacílio Negrão de Lima, no sentido de realizar um só congresso, com data fixada em 11 de setembro daquele ano, sob o título de "Sindical dos Trabalhadores do Brasil".

Porém, o receio de malogro da iniciativa por parte das federações envolvidas se confirmava, devido à impossibilidade de conciliação de interesses de trabalhadores com vieses político-partidários transplantados para a esfera sindical. As articulações para a criação de uma confederação geral dos trabalhadores do Brasil não era bem vista pelos trabalhadores do comércio, cuja atuação, em face da realidade sindical brasileira, derivaria para o campo político partidário com óbvios prejuízos aos interesses dos trabalhadores.

Mediante o quadro que se desenrolava nesta direção, a Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, articulada com as entidades federativas do Rio de Janeiro, Norte e Nordeste e Rio Grande do Sul, e também com a Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Rio de Janeiro lançou, durante o evento, as bases para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

O requerimento, datado de 13 de setembro de 1946, pedia autorização ao presidente da República, com fundamento no artigo 536 da Consolidação das Leis do Trabalho, para a criação da entidade confederativa, deixando claro que os representantes dos empregados no comércio não aceitavam a ideia de uma entidade "geral de trabalhadores".

E assim, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a CNTC, por força do Decreto no 22.043, de 11 de novembro de 1946, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Registra o artigo único do referido Decreto que "fica reconhecida a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, com sede na Capital da República, como entidade de grau superior, coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores no comércio em todo o território nacional, na conformidade do regime instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho." O decreto foi publicado no Diário Oficial em 13 de novembro de 1946.

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

Recorte e colecione os módulos